

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

1

## **DE IMIGRANTES A SENHORES DE GENTE: A FORMAÇÃO DA COLÔNIA LEOPOLDINA, TRABALHO LIVRE E TRABALHO ES CRAVO NO SUL DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1818-1888)**

**RAMOM PEREIRA DE JESUS MOREIRA**

(Doutorando em História Social (PPGHS – UERJ/FFP), mestre em Memória linguagem e  
Sociedade (UESB) e graduado em História (UNEB)  
ramompjmoreira@gmail.com.)

### **INTRODUÇÃO**

O texto busca discutir sobre a política de doação de terras para imigrantes europeus não portugueses para o Sul da Província da Bahia ao longo do século XIX, discuti especialmente a formação da Colônia Leopoldina situada entre a comarca de Caravelas e a Vila Viçosa pertencentes a antiga Capitania de Porto Seguro, analisaremos os elementos que fizeram desta colônia composta por suíços e alemães uma importante zona agrícola, sendo os colonos também grandes proprietários de escravos, o que desrespeitava as determinações estabelecidas pelo decreto de 1808 que concedia o direito de formação de colônias agrícolas por imigrantes europeus de outras nacionalidades que não portuguesas.

Os estudos voltados para a história econômica, apontam que em muitas áreas da Província da Bahia a perda de mão de obra escrava a partir de 1850 gerou um colapso econômico principalmente aos pequenos proprietários de terras e escravos, esses estudos contudo privilegiam as regiões do recôncavo baiano ou as áreas mais próximas da cidade de Salvador. É importante salientar que, essa perda de mão de obra escrava, deu-se em grande medida pelo tráfico interprovincial de escravos, a escassez de braços cativos fizeram com que muitos proprietários vendessem seus “bens moveis” aos traficantes internos, que revendiam os cativos principalmente para a região Sudeste, tendo em vista que as zonas cafeeiras consumiam um número bem elevado de trabalhadores negros em estado de escravidão.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

2

Ao contrário do que vinha acontecendo, no Sul da Província da Bahia, especialmente na Colônia Leopoldina, pudemos observar um crescimento na população cativa, bem como um desenvolvimento econômico fruto da plantação e exportação de café, destinado principalmente para o Rio de Janeiro. A respeito do crescimento da população cativa da referida colônia, nota-se a forte presença da família escrava, entendendo que esta foi uma maneira encontrada pelos colonos europeus de permanecerem tendo braços cativos a disposição dos seus negócios.

A pesquisa parte de uma abordagem da História social, a partir disso buscaremos os diálogos entre a História social e a História demográfica na análise das fontes documentais dispostas no Arquivo Público da Bahia.

A respeito desse incentivo imigratório que aconteceu durante todo o século XIX, para diversas regiões da província da Bahia, importantes trabalhos foram realizados a fim de demonstrar, em que ponto essas colônias foram ou não bem sucedidas, e quais elementos caracterizam a formação desses núcleos nas diversas regiões, nas quais elas se estabeleceram, temos por exemplo os estudos desenvolvidos por Lyra (1982), Carmo (2010) e Jones (2014), onde buscam destacar o pioneirismo baiano nas políticas de incentivo ao projeto imigratório durante todo o período oitocentista, analisando os aspectos que favoreceram o crescimento de algumas colônias em detrimento de outras.

## **ALGUNS APONTAMENTOS: COLONIA LEOPOLDINA E O USO DE MÃO DE OBRA ESCRAVA**

Durante todo século XIX uma das maiores intenções do governo português instalado no Brasil foi o de promover e intensificar um fluxo de colonização seguida de imigração por europeus para as regiões com pouca ou nenhuma habitação. Intencionando um maior fortalecimento das suas fronteiras, bem como o incentivo à produção de gêneros de subsistência e uma gradual substituição do trabalho escravo pelo livre, bem como o pretenso embranquecimento populacional.

Na província da Bahia, a política de incentivo a colonização dos espaços pouco habitados vigorou durante todo o século XIX. No entanto, essas experiências não

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

desencadearam um processo de “maior escala”, ou pelo menos não conseguiram atingir na sua totalidade as premissas estabelecidas pelo decreto de concessão de terras de 25 de Novembro de 1808, uma vez que com ela, o tão esperado aumento populacional nas áreas “pouco habitadas” não se efetivou, bem como não foi evidenciada a “transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais” (LYRA, 1982, p. 6). Entendendo que o governo português intencionava uma gradual transformação do sistema de trabalho, substituindo o escravismo por trabalhadores Livres<sup>1</sup>.

No caso do Brasil a vinda de imigrantes relacionou-se a diversas questões como a ocupação de porções desabitadas do território, a substituição da mão de obra escrava embargada com o fim do tráfico atlântico e, mais tarde, com a abolição e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, sustentado nas ideias de modernização e progresso dominantes. (JONES, 2014, p. 10)

Neste contexto, temos o Sul da Província da Bahia<sup>2</sup>, pertencente a antiga Capitania de Porto Seguro, como foco de um projeto imigratório durante a primeira metade do século XIX, fruto das políticas joaninas, que a partir do decreto assinado em 25 de novembro de 1808 concederia pedaços de terra em sesmarias a imigrantes europeus de diversas nacionalidades.

## **DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808**

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.<sup>3</sup>

O decreto de 25 de novembro de 1808, retomava uma antiga prática da coroa portuguesa adotada ainda no início da colonização de suas terras conquistadas na América, que caracterizava-se pelas doações de lotes de terra pelo rei de Portugal a particulares do seu reino.

---

<sup>1</sup> Ver Principalmente: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. 1987. Onda negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>2</sup> Atualmente, o que aqui denominamos como Sul da província da Bahia, pertencente a comarca de Caravelas corresponde ao Extremo Sul do Estado da Bahia.

<sup>3</sup> Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

“Deve-se esclarecer que esta solução de doar capitânicas já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em Angola” (TAVARES, 2001, p. 81).

Com a política de doações de terras nos primórdios da colonização, o governo português isentava-se diretamente da tarefa de povoar a colônia do Brasil, levando em consideração toda sua vastidão territorial, além da implantação de empreendimentos econômicos, gerando assim povoamento e produtividade. Desta maneira, “o sistema de donatarias foi utilizado ao longo da experiência colonial portuguesa como um recurso para a colonização de regiões em que o Estado monárquico não possuía condições de povoar e beneficiar diretamente” (CANCELA, 2012, p. 98).

A respeito do decreto assinado por D. João VI, interessa-nos especificamente as peculiaridades que este documento nos apresenta, “[...] aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos”<sup>4</sup>. Neste sentido, percebe-se uma mudança na política de concessão de terra em forma de sesmarias no início do século XIX. O que antes era uma medida permitida apenas aos colonos portugueses “vassallos do rei”, a partir de 1808 estendia-se aos outros estrangeiros, de diversas nacionalidades “residentes no Brasil” permitindo ainda a chegada de outros.

O governo português intencionava com essas medida atrair ao longo do século XIX imigrantes europeus que pudessem instalar aqui suas indústrias, contudo, nota-se que esse desejo nunca foi atendido em sua totalidade, uma vez que a ausência de subsídios mais efetivos e aparatos legais, “impedia” a instalação efetiva de atividades econômicas que garantissem a execução de atividades que não dependesse do trabalho escravo, a tempos inserido no nosso sistema social.

A partir dessas premissas perceberemos uma tentativa de construção de diversas colônias agrícolas na Bahia. Cleiton Melo Jones (2014) aponta que na Bahia entre os períodos de 1816-1898 foram estabelecidas cerca de 15 colônias agrícolas, algumas compostas apenas por imigrantes europeus, outras por nacionais e algumas de composição mista. No entanto foi

---

<sup>4</sup> Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

a partir de 1818 que se efetivou no Sul da província da Bahia a formação de uma colônia inteiramente composta por imigrantes europeus, e que fora denominada de Colônia Leopoldina.

Dentre as colônias formados na primeira metade do século XIX na Bahia, interessa-nos aqui, principalmente o estudo da formação e composição da Colônia Leopoldina composta em sua maioria por suíços e alemães. A colônia Leopoldina, constituiu-se como a experiência de colonização realizada por europeus não portugueses de maior êxito na província da Bahia, não só pela longevidade como também pelo seu papel de destaque na economia baiana, devido a produção de café para exportação, tendo uma estimativa de vida produtiva que perdurou aproximadamente por 70 anos.

A Colônia Leopoldina, foi constituída na atual Região Extremo Sul da Bahia, nas proximidades da antiga Vila Viçosa e a comarca de Caravelas (Vila Santo Antônio das Caravelas), ambas as vilas integraram até o final do período colonial os domínios da antiga capitania de Porto Seguro. A vila de Caravelas foi elevada à categoria de cidade na primeira metade do século XIX, por intermédio da Lei nº 521, uma vez que a mesma já possuía uma estrutura administrativa que desse conta das demandas locais (MOREIRA, 2014, p. 25).

Francisco Cancela (2012) ao falar da presença/transito de indivíduos do elemento não indígena, nas vilas dos índios da então Capitania de Porto Seguro, ao longo dos setecentos e oitocentos, que se dedicavam ao processo de colonização, contribuíram para a elaboração da formação dos espaços que foram constituídos e elevados a categoria de Vilas e Cidades, como foi o caso das vilas de Prado, Alcobaça, Caravelas, Vila Viçosa e São Mateus.

A cidade de Caravelas dedicava-se a produção agrícola de consumo, atuando principalmente na produção de Farinha. A farinha produzida nesta região também ajudava abastecer em alguma medida a cidade da Bahia<sup>5</sup> e algumas regiões do recôncavo.

Lucelinda Correa (2005), aponta que a princípio a Colônia Leopoldina era composta de apenas três fazendas: Riacho D'Ouro, Pombal e Helvécia [*Helvétia*], cujos proprietários eram de origem suíça e indivíduos que compunham reinos que posteriormente deram origem a atual Alemanha. Segundo Henrique Lyra, a fundação da Colônia Leopoldina foi obra do cônsul hamburguês Peyckr juntamente com os naturalistas George Eilhem Freyreiss e Morhartdt e os

---

<sup>5</sup> Segundo João José Reis, a cidade da Bahia fazia referência a cidade de Salvador ao longo de todo século XIX ou antes dele. Cf. REIS, João José. Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

suíços Abrão Laughan e David Pache. Também outros imigrantes alemães e suíços residiam e trabalhavam nas terras da colônia “[...] 130 pessoas livres entre estrangeiras e nacionais, e mais de 1.000 escravos” (CORREA, 2005, p. 92). Essas informações podem ser também confirmadas pela carta assinada pelo Doutor em Philos e Medicina João Conrado Lang sinalizou que “as plantações que existem no lugar chamado Colônia Leopoldina e que pertencem a estrangeiros nas quais se cultiva o café em braços escravos”<sup>6</sup>.

Para a colônia Leopoldina vieram colonos alemães e suíços, as terras da colônia destacaram-se pela grande produção de café, fato este que foi possibilitado pelo emprego de mão de obra escrava. A posição geográfica da colônia Leopoldina, garantia um terreno fértil para o cultivo do café, uma vez que encontrava-se nas proximidades do rio Santo Antônio/das Caravelas, com duas barras ao Norte e ao Sul, e a passagem do rio Peruípe – Que nasce em Serra dos Aimorés, pertencente a antiga capitania de Minas Gerais e desaguava no oceano-margeando a colônia.

Além dos suíços e alemães, outros estrangeiros se faziam ver no espaço da Colônia Leopoldina. Tratava-se de africanos que foram utilizados como mão de obra escrava. Segundo Henrique Lyra, essa foi a única colônia estrangeira instalada na Bahia no século XIX a fazer uso deste tipo de mão de obra. Lyra esclarece que havia, neste período, uma proibição quanto à utilização do trabalho escravo nas colônias agrícolas em razão das pressões que estavam sendo feitas pela Inglaterra (LYRA, 1982).

Uma série de fatores contribuíam para esse sucesso, que vão desde as condições climáticas, a proximidades com o porto Santa Luzia em Caravelas, mas principalmente pela manutenção e conservação do trabalho escravo negro africano. Emília Viotti da Costa (1999, p. 308) aponta que no ano de 1948, a população da colônia Leopoldina era de 1.130, sendo desses 1.000 escravos e apenas 130 brancos livres, a autora indica ainda que neste mesmo ano a colônia Leopoldina chegou a exportar cerca de 70.000 arrobas de café. Embora para que ocorresse a concessão de terras para europeus de outras nacionalidades que não portuguesa, estava vedado o uso de trabalho escravo de qualquer natureza, os proprietários dos lotes de terras da Leopoldina, descumpriam as regras previamente estabelecidas pelo governo imperial e provincial.

---

<sup>6</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, Salvador.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

O destaque atribuído as fazendas da Colônia Leopoldina no Sul da província da Bahia, leva-nos a suscitar alguns questionamentos, uma vez que trata-se de uma região distante do centro de Salvador e que diferentemente do que acontecia em outras regiões da província a escravaria da referida colônia passava por um aumento significativo nos anos sequenciais ao fim do tráfico negreiro por meio do Atlântico em 1850, colocando-a a margem da crise econômica e de mão de obra que sobreveio para muitos proprietários de terras na Bahia ao longo da segunda metade do século XIX, em decorrência principalmente das dificuldades de se obter mão de obra escrava africana.

É possível notar que a potência da Leopoldina dava-se principalmente pela utilização do trabalho escravo negro, sendo que este grupo correspondia à maioria absoluta daqueles que povoavam a colônia. Dessa forma, a colônia Leopoldina destacou-se entre as demais colônias agrícolas constituídas tanto por nacionais como por imigrantes que foram formadas ao longo da primeira metade do século XIX, quer seja pela longevidade mas principalmente pelo acúmulo de riqueza adquirida por intermédio da manutenção e conservação da mão de obra escrava africana neste espaço.

Nesta ocasião, aos presidentes da província da Bahia interessava a perspectiva do aumento populacional e principalmente a reposição de mão de obra livre que pudesse atuar nas grandes ou pequenas lavouras, uma vez que no decorrer do século XIX uma série de interferências quanto à manutenção do sistema escravistas foram suscitadas. Assim sendo o então presidente da província da Bahia o Sr. João Mauricio Vanderley, em 1855 indicou que:

Foi fundada em 1818, no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos.<sup>7</sup>

“Uma particularidade, porém, deve ser ressaltada: O regime de colonização estabelecido ia frontalmente de encontro ao regime de trabalho e ao sistema fundiário predominantes no Brasil do século XIX” (LYRA, 1982, p. 20), no entanto, ao contrário do que havia sido proposto, a colônia Leopoldina se descaracteriza da condição de colônia agrícola estrangeira e

---

<sup>7</sup> Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Maurício Wanderley no dia 1º de março de 1855. Salvador: Tipografia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p. 40

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

que se mantivesse utilizando apenas o trabalho livre. Celia Azevedo (1987, p. 60) diz que à princípio:

A experiência com a imigração reduzia-se à fundação de colônias pelo governo geral, onde colonos, em geral suíços e alemães, congregavam-se como pequenos proprietários e produtores de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento de cidades e vilas próximas.

Tendo todas essas problemáticas em vista, caberia ao governo português no império do Brasil viabilizar mecanismos graduais para pretensa “substituição” de mão de obra escrava pela livre, atendendo aos interesses ingleses que em troca de apoio e da aliança firmada desde 1808, requeria mercado consumidor para seus produtos, ao mesmo tempo em que deveria atender aos interesses dos grandes latifundiários, tendo em vista que ainda durante o período oitocentista a economia do Brasil pautava-se nas grandes lavouras, sendo dependentes do trabalho escravo africano (PRADO JR., 2012).

A colonização estrangeira para a Bahia foi sempre justificada pelos presidentes da província como sendo uma política capaz de suprir a paulatina falta de braços para a grande lavoura. No entanto, a forma como foi estabelecida a grande maioria dos colonos importados não estava de acordo com uma importação de mão de obra. (LYRA, 1982, p. 126).

Neste cenário a província da Bahia constituiu-se desde os primeiros momentos como uma importante agente do processo de importação de imigrantes europeus, ainda que durante a primeira metade do século XIX, essa atividade fosse esparsa e insipiente, no entanto encontramos a partir da criação da colônia Leopoldina uma importante referência que ilustra o pioneirismo baiano nesse processo.

A colônia Leopoldina por algum tempo conseguiu amoldar-se as exigências estabelecidas no decreto de 1808, no entanto, a agricultura familiar começou a enfraquecer-se, somada a isso tinha-se a ausência de políticas que garantissem apoio aos imigrantes vindos para a Bahia, e as dificuldades que se tinha em desenvolver nestes espaços empreendimentos de grande escala e rentabilidade utilizando-se unicamente os trabalhadores livres, estas e algumas outras insatisfações motivaram os colonos europeus a introduzir mão de obra escravizada em suas terras, descaracterizando assim aquilo que foi idealizado para as colônias agrícolas cedidas aos colonos europeus.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

É inegável que os colonos que ali se instalaram eram movidos por ambições comerciais que sobressaíam aos interesses do governo provincial baiano em simplesmente promover o povoamento dos vazios da província. Neste período o Brasil destacava-se com as grandes lavouras de café, principalmente as da região Sudeste, neste sentido nos é pertinente dizer que os proprietários de fazendas da Leopoldina, eram também desejosos de espaço nesse grande mercado cafeeiro.

Lyra (1982, p. 26) aponta que a produção de café na colônia Leopoldina correspondia a 60% de toda a produção cafeeira da província da Bahia. Observemos a seguir as proporções que a produção cafeeira da colônia Leopoldina atingiu na primeira metade do século XIX.

Tabela 1: Produção de café da colônia Leopoldina 1836-1853<sup>8</sup>

Ano	Sacas de 60kg
1836	6.610
1842	8.570
1848	Entre 16.156 e 17.138
1851	17.138
1853	24.483

Ao analisarmos as informações acerca da produção cafeeira da Colônia Leopoldina entre os anos de 1836 e 1853, é importante destacar que nenhuma outra colônia agrícola obteve tanta notoriedade econômica, este fato está intrinsecamente ligado ao tipo de mão de obra utilizada, se levamos em consideração que a produção do café em 1853 experimentou um salto de produção em relação aos anos anteriores, mesmo havendo em 1850 a proibição do tráfico de cativos africanos via Atlântico, o que para muitos espaços de produção econômica constituiu-se como uma quebra, para os proprietários das fazendas da Colônia Leopoldina isso só seria sentido anos depois as vésperas da Abolição total da escravidão negra em 1888.

---

<sup>8</sup> A tabela foi elaborada a partir dos dados informados em: LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p.26.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Do total de africanos entrados na Bahia no período 1781-1855, a região Sul da Bahia absorveu 63% do total, estando relacionado a uma forte expansão agrícola na região, pois neste período houve a expansão das lavouras de café, principalmente ao sul próximo a Caravelas, sendo a Colônia Leopoldina um exemplo, bem como também a introdução da lavoura cacaueteira na região de Ilhéus (CORREIA, 2005, p. 94)

A partir disso, é possível perceber que a região Sul da Bahia encontrava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos africanos, especialmente os colonos estrangeiros que integravam a colônia Leopoldina, o que fortalece o entendimento que mesmo após a proibição do tráfico Atlântico de escravos africanos ocorreu um aumento significativo tanto da produção do café, como também no número da população cativa. O que suscita duas possibilidades: primeira, apesar da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, continuava existindo um tráfico intraprovincial<sup>9</sup> (ocorrida no interior de uma mesma província); a segunda possibilidade é que nas fazendas da colônia Leopoldina, haviam a manutenção e incentivo a formação de núcleos da família escrava, prática bastante adotada por muitos senhores de escravos, para garantir não apenas o crescimento da população cativa sob seu domínio, como também manter um maior controle contra fugas e motins (SLENES, 2011; FLORENTINO e GOÉS, 2017). Neste sentido a formação de família escrava surge como uma das estratégias na obtenção de mão de obra escrava, evidenciando que o tráfico Atlântico não foi a única alternativa que os proprietários de terra recorreram para reforçar o número de trabalhadores escravizados em suas propriedades.

A respeito do tráfico interno de escravos, Ricardo Tadeu Silva (2007), aponta que este representou prejuízos para o cofre provincial, uma vez que as taxas que eram pagas por cada cativo “despachado” deixaram de ser efetuadas, principalmente quando os traficantes internos faziam as travessias por vias terrestres. O autor aponta ainda que o tráfico provocava uma evasão de mão de obra nos grandes planteis baianos, o que provocava um aumento no preço dos escravizados no mercado local.

Ricardo Tadeu salienta ainda que na segunda metade do século XIX, foi bastante comum o deslocamento de escravos para diferentes regiões da província da Bahia, destacando

---

<sup>9</sup> Cf. Conrad, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 187-207 e Klein, Herbert S. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil” In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2), 1987, p.145.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

a Colônia Leopoldina como principal receptora de cativos provenientes do tráfico intraprovincial para o abastecimento da mão de obra em suas lavouras de café.

Lyra (1982, p.27) aponta que em 1848 a população escrava estimava-se em 1.267 peças, e que em 1858 esse número quase que duplicou, sendo a população escrava desse período estimada em 2.000. Levando em consideração que a população de escravos da Leopoldina se sobrepunha ao número de colonos livres, e que a sua economia se baseava em produtos de exportação e não para a subsistência, é que uma série de contestações quanto ao *status* de colônia foram feitas para a referida localidade.

Alane do Carmo (2010), aponta que o descumprimento dos critérios básicos para a formação de colônias agrícolas por imigrantes geraram alguns transtornos aos proprietários de terra da Leopoldina, sendo inclusive revogado o seu título de “colônia agrícola estrangeira”, no entanto a força econômica da referida localidade, de maneira alguma incomodava aos administradores da província da Bahia, uma vez que a partir da produção de café ali desenvolvida, a província ocupava espaço ainda que pequeno na economia do cenário nacional.<sup>10</sup>

Contrapondo a essa informação Lyra (2016) aponta que a segunda metade do século XIX para a província da Bahia e mais especificamente para as regiões mais distantes do recôncavo e de Salvador, como era o caso das vilas e colônias situadas mais ao Sul da província o clima era de uma intensa crise na produção agrícola, justificada pela dificuldade em manter uma escravaria que fosse eficaz na produção das respectivas culturas.

Lima Filho (2020) indica que a partir de 1850 o tráfico interno foi o principal fornecedor de mão de obra escravas para as florescentes plantações de café no Sudeste do Império do Brasil, o que para o autor foi um dos grandes motivos que provocou uma sistemática crise de mão de obra nas províncias do Nordeste. No mesmo sentido Lyra (2016), avalia que as questões da crise de mão de obra, eram advindas principalmente pela escassez de trabalhadores escravizados, segundo o autor, boa parte da escravaria desta região foi então enviada para outras províncias dedicadas a produção cafeeira em maior escala, sendo que:

---

<sup>10</sup> Vale ressaltar, que durante todo o período colonial a província da Bahia integrava as zonas produtoras de riqueza, quer seja pela produção de tabaco, algodão ou cana-de-açúcar, mas a partir da entrada do café no cenário da produção econômica nacional, foi perdendo seu espaço para a província de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto destaca-se o dinamismo econômico desempenhado pela Bahia ao longo de todo este período.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Um dos problemas que mais preocupou os governantes e a elite agrária baiana foi a crise de mão de obra agrícola. A partir de 1850, com o término do tráfico de escravos, as expectativas da economia baiana pareciam ser de um verdadeiro colapso da produção agrícola (LYRA, 2016).

Conrad (1978) salienta que as queixas no que diz respeito a falta de mão de obra escrava são presentes no Brasil durante todo o período de conservação do sistema escravista, na mesma perspectiva Fernando Novais (1986) indica que a própria dinâmica da escravidão exigiam cada vez mais reposição de mão de obra, tendo em vista as longas jornadas de trabalho, e a corrida na produção agrícola, principalmente nos itens de exportação.

A despeito disso, a Colônia Leopoldina ainda se mantinha com uma alta na produção econômica, bem como o número de cativos existentes na localidade era relevante em relação das outras regiões baianas, que a essa época comercializavam os trabalhadores escravizados através do tráfico interno por meio da cabotagem e transportes terrestres.

A respeito desse incisivo uso de mão de obra escrava por parte dos colonos estrangeiros, mesmo em meio as proibições referentes ao uso de cativos nas colônias instituídas após o decreto de 25 de Novembro de 1808, Oberacker Jr. (1967, p. 221) indica que:

O espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos (OBERACKER JR, 1967, p. 221).

A utilização de mão de obra escrava africana descaracterizava as terras da condição de colônia estrangeira dedicada a produção de produtos para consumo de subsistência, isso implicava também na perda de alguns benefícios concedidos exclusivamente para a manutenção das colônias estrangeiras.

Os vários relatórios dos presidentes das provinciais e os documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão de obra empregada no cultivo do café na Colônia de Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência. (CARMO, 2010, p. 31)

Carmo (2010) afirma que a Colônia Leopoldina começou a entrar em colapso ainda durante as décadas finais do XIX nos anos que antecederam a abolição da escravidão, pois as fazendas da referida colônia se valiam principalmente do trabalho escravo como o principal

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

meio para o seu desenvolvimento, desta maneira o fim do sistema escravista colocaria a economia da Colônia Leopoldina em crise.

É inegável que o destaque e longevidade da Colônia Leopoldina tenha sido em decorrência do uso de trabalhadores negros escravizados. É preciso contudo averiguar a partir de qual momento deu-se o incremento deste elemento como força de trabalho em uma colônia “agrícola familiar”, e que não demorou muito para se tornar a principal fonte de trabalho. Além disso é importante averiguar quais os mecanismos utilizados pelos colonos europeus para a aquisição, manutenção e conservação do trabalho escravo em uma região tão distante do centro da província.

Para a garantia do crescimento da escravaria nas fazendas da Colônia Leopoldina, muitos senhores de terra recorreram ao incentivo a formação de famílias escravas, Alane Fraga do Carmo (2010) e Ricardo Tadeu (2016), salientam que essa alternativa foi ainda mais intensificada a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850, neste sentido, os autores apontam que boa parte dos trabalhadores escravizados das fazendas que compunham a Colônia Leopoldina eram “crias da casa”, nascidos e criados na localidade, informação essa que também pode ser verificada em observações feitas por viajantes europeus em passagem pela Colônia Leopoldina. Alane Carmo e Ricardo Tadeu averiguaram ainda, que em grande medida os conflitos envolvendo os trabalhadores escravos, os senhores e feitores estavam ligados as relações parentais dos escravizados. Neste sentido, a formação da família escrava nem sempre garantiu a paz nas senzalas, nem tão pouco isentou os proprietários leopoldinenses de ações de liberdade empreendidas por seus cativos

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: Especialidade e abordagens**. 9. Ed. Petrópolis, RJ, 2013.

BUEKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução da historiografia**. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. 337 f. Tese

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

(Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARMO, A. F. **Colonização e escravidão na Bahia: A Colônoa Leopoldina (1850 – 1888)**. Salvador: Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1899**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia** – Ano 7. Nº 13, 2005. pp. 87-111.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. – 7º ed. – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: A primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licenciaturas**. Ivoti. V. 5. N. 2. p. 37-43. julho/dezembro. 2017.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Hélvécia – homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)**. Santo Antônio de Jesus: Universidade Estadual da Bahia, 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, BA, 2009.

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2014.

LIMA FILHO, Valney Mascarenhas de. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). **Cantareira**, 32ª ed. Jan-Jun, 2020

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias** – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982.

\_\_\_\_\_. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889. In: CARRARA, A. A; DIAS, M. H. (orgs). **Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2016. pp. 233-305.

MOREIRA, Uerisleida Alencar. **Laços afetivos e familiares: relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1860**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

NOVAIS, Fernando. **Estruturas e dinâmica do antigo sistema colonial –séculos XVI-XVIII**. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.

OBERACKER Jr. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)**. Tese (Doutorado em História Social). Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Criminalidade, resistência escrava e abolicionismo na colônia Leopoldina, Bahia (1889-1888). **Revista de História Regional** 21(1): 83-109, 2016.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Corrig. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2001.